

Um ano depois

A 20 de Junho de 1978 uma vasta onda repressiva abateu-se sobre reconhecidos militantes antifascistas, vindo a culminar com a prisão de dezenas deles. Hoje, um ano decorrido, a esmagadora maioria desses antifascistas presos, assim como outros que antes e posteriormente vieram a ser encarcerados, continua detida sem julgamento.

Para nós, lembrar aqui esse momento negro da repressão, em que o poder reaccionário saído do 25 de Novembro deu mais um passo no sentido da fascização do País, não significa ficarmos por um mero coro de lamentações humanitárias ou cairmos nos estreitos marcos dos legalismos cobardes. Deve, antes, ser incentivo poderoso a tomarmos nas nossas mãos a luta desenvolvida por tantos camaradas perseguidos e presos, à semelhança do que acontecia antes do 25 de Abril de 1974, quando a PIDE prendia e assassinava antifascistas.

E toda a repressão e toda a ofensiva reaccionária que hoje prossegue, decorridos cinco anos sobre o 25 de Abril de 1974, acontece porque grande parte dos «democratas» que fazem as leis, que dirigem as polícias, que pontificam nos tribunais, são os mesmos, ou noutros casos, dignos continuadores daqueles que desempenhavam idênticas funções nos tempos do fascismo.

Hoje, estar solidário com os presos políticos antifascistas significa, também, dizer não à repressão policial nas fábricas e nos campos alentejanos, dizer não à PJ que ataca organizações políticas de esquerda, dizer não aos insultos a trabalhadores e antifascistas diariamente vomitados pela maior parte dos órgãos de comunicação social.

É por isso que as numerosas iniciativas que têm sido levadas a cabo com o objectivo de libertação dos presos políticos antifascistas têm de ser multiplicadas e mobilizados em torno delas milhares e milhares de trabalhadores, de forma a transformá-las em grandes mobilizações de massas à escala nacional.

Não podemos ficar calados

«Sabes que há 10 meses e até mais, trabalhadores e militares estão presos sem julgamento? Porque não os julgam? Se são culpados que digam porquê. Se são inocentes que os soltem».

Esta frase vem contida num comunicado assinado pela Comissão Provisória para a Formação do Comité de Solidariedade e Libertação dos Presos Políticos Antifascistas do Lavradio, no qual é feito um apelo aos antifascistas daquela área para a formação de um Comité Local.

Como se pode ler noutro local deste Boletim, os comités e as comissões unitários contra a repressão, nomeadamente pela libertação dos presos políticos antifascistas, começam a desenvolver-se por todo o País, numa prova de que os trabalhadores, conscientes do perigo que os espereita a cada momento, estão dispostos a lutar, na unidade, pela defesa das suas conquistas e dos seus direitos.

Trabalhadores presos sem julgamento. Porque não os julgam? A pergunta feita por um grupo de antifascistas do Lavradio somente poderá ter uma resposta: a burguesia tem medo. O mesmo medo que a levou a prender, de forma pídesca, leva-a agora a não efectuar o julgamento, sem ter primeiro a certeza de que estão criadas condições que sejam absolutamente favoráveis à sua estratégia.

Como diz o «comunicado do Lavradio» o que importa à burguesia «é calar a voz dos homens e mulheres que clamam justiça». Por isso mesmo não podemos ficar calados, pois, caso contrário, «os nossos filhos nos acusarão de traidores» e «eles têm direito a um futuro melhor».

Tal como recorda o mesmo documento, «não é preciso cometer nenhum crime para se ser preso». Todos nós, os antifascistas deste país, sabemos disso, mas nunca será demais lembrá-lo.

Católicos solidários com antifascistas

Na sequência da Carta Aberta aos Bispos Portugueses de um «grupo de cristãos presos políticos ligados ao caso PRP», que «Presos Políticos» divulgou no último número, várias manifestações de solidariedade têm-se registado da parte de meios católicos progressistas.

Página 2

Solidariedade internacional

A Imprensa internacional continua a referir a situação dos presos políticos antifascistas portugueses. Recentemente o jornal «Rouge» publicou um extenso artigo no qual assinala a criação do «Comité Isabel do Carmo» e a revista «Cahiers du Féminisme» publicou um artigo sobre as presas políticas antifascistas, acompanhado de uma mensagem destas.

Página 3

Antifascista absolvido

O antifascista Mário da Silva Santos, que se encontrava detido há um ano em Custóias, acaba de ver ser-lhe feita justiça, ao ser absolvido pelo tribunal de Águeda.

Mário Silva Santos foi detido pela PJ, a 20 de Junho do ano passado, aquando da primeira grande onda de prisões de antifascistas, após o 25 de Abril.

Sessão de solidariedade

A C.S.P.A. realiza no próximo dia 22, com início às 21,30 horas, no pavilhão do Clube Atlético de Campo de Ourique (CACO), uma sessão de solidariedade para com os presos políticos antifascistas detidos, na sua maioria, há um ano.

Com efeito, foi a 20 de Junho que a PJ, utilizando processos que em nada ficaram a dever aos utilizados pela PIDE/DGS, deteve um grupo de militantes antifascistas, iniciando, assim, a maior vaga de prisões políticas após o 25 de Abril.

Mas o poder constituído, de que a PJ era (é) apenas uma das armas que possuía (possui) não se ficou por aí. A detenção, em si, era o princípio de uma vasta campanha programada pelos arquitectos do 25 de Novembro.

A partir de então tem-se assistido a toda a uma série de arbitrariedades que vão desde os espancamentos à calúnia dos detidos e que, por limitação de espaço e por serem sobejamente conhecidas do povo português nos abstemos de enumerar nestas linhas.

Uma coisa, porém, é certa: cinco anos após a Revolução dos Cravos há presos políticos em Portugal. Porquê? Porque, tal como o tinham feito durante a ditadura salazarista assumiram posições antifascistas, «ousando» defender os trabalhadores e isso, como é evidente, é coisa que a burguesia não perdoa, seja em que data for.

A prova do que dizemos está na repressão que diariamente se verifica nos campos, nas fábricas, enfim, nos mais variados locais, onde os trabalhadores vendem a força do seu trabalho.

A burguesia é contra os trabalhadores. Por isso mesmo há trabalhadores que estão presos. Mais do que nunca eles necessitam da solidariedade de todos os antifascistas. Daí, a sessão do dia 22, à qual estarão presentes conhecidos militantes e artistas antifascistas.

Entre estes últimos, contam-se Carlos Mendes, José Fanha, Fausto, Joaquim Pessoa, Vum-Vum, José Alfonso e António Portanet.

Comunicação social

Nas últimas semanas, alguns órgãos de Informação assinalaram, uma vez mais, a escandalosa situação em que ainda se mantêm os presos políticos antifascistas e, as manifestações de solidariedade para com estes que se têm desenvolvido, quer em Portugal, quer no estrangeiro.

A este propósito referimos:

«**Voz do Povo**», que publicou uma entrevista com Isabel do Carmo e referiu a saída do último boletim «PP» e a conferência de imprensa dada pela Comissão Executiva Nacional da C.S.P.A.;

«**Revista M**», que publicou um artigo, referindo a situação das presas políticas antifascistas;

A revista «**Mulheres de Abril**», que publicou um depoimento de Isabel do Carmo;

O «**Jornal**», que se refere à situação dos presos políticos antifascistas e à sessão de solidariedade, que se realiza no dia 22, no Clube Atlético Campo de Ourique;

«**Nova Vida**», que publicou uma entrevista com os elementos da Comissão Coordenadora de Setúbal da C.S.P.A. Este mesmo jornal publicará no dia 22 uma entrevista da Comissão Executiva Nacional da C.S.P.A.;

«**Diário de Lisboa**», que assinalou a saída do último número de «Presos Políticos» e a conferência de Imprensa dada pela Comissão Executiva da C.S.P.A.;

«**Jornal de Notícias**», que também assinalou a saída do último número de «PP»;

«**Notícias do Sul**», que referiu a situação dos presos políticos antifascistas.

Católicos progressistas solidários com antifascistas

Chegaram recentemente ao conhecimento de «Presos Políticos» diversas manifestações de solidariedade com os antifascistas presos, da parte de meios católicos, nomeadamente da Direcção Diocesana do Porto da LOC, de Grupos de Cristãos de Moselos e Lourosa, de Padres da Diocese do Porto, da Equipe Diocesana do Porto da JARC, de um grupo de militantes da LOC de Lisboa e da Comunidade do Padrão da Légua.

DIRECÇÃO DIOCESANA DO PORTO DA LOC

A Direcção Diocesana do Porto da LOC (Liga Operária Católica) enviou uma carta ao «grupo de cristãos presos políticos», na qual se afirma que em reunião da Direcção Diocesana, chegaram, por unanimidade, às seguintes conclusões:

«Sobre a vossa actuação concreta não nos pronunciamos, pois que nem conhecemos em pormenor aquilo de que vos acusam, nem nos queremos arvorar em juízes do próximo.

«No entanto, sabemos que no essencial o que nos identifica foi adquirido na mesma escola. Foi em conjunto connosco e em reflexões sucessivas que a vossa consciência se foi desenvolvendo e vos levou a «lutar» por uma sociedade mais justa e mais igualitária, na qual não exista qualquer tipo de opressão e discriminação, mas que as oportunidades sejam iguais para todo o povo, aos direitos de habitação, de ensino, emprego, justiça, etc.

«Nesta exigência somos solidários não só convosco que vos considerais cristãos, mas com todos aqueles que lutam pelo mesmo ideal de liberdade».

A Direcção Diocesana do Porto da LOC enviou também uma carta ao Provedor de Justiça, afirmando:

«Queremos justiça e esta só poderá ser aplicada após o julgamento e não antes».

A Direcção Diocesana do Porto da LOC apela à intervenção do Provedor de Justiça para que o julgamento dos presos políticos antifascistas se faça o mais rapidamente possível, manifestando a sua surpresa porque «exactamente presos que durante a sua vida defenderam os valores fundamentais da dignidade humana, se mantenham presos sem julgamento e com a acusação implícita de serem perigosos a uma sociedade que eles sempre desejaram mais perfeita».

GRUPOS DE CRISTÃOS DE MOSELOS E LOUROSA

Grupos de cristãos de Moselos e Lourosa enviaram aos bispos portugueses uma missiva com 160 assinaturas, na qual afirmam:

«Entre os vários sinais de morte encontra-se a situação injusta de vários militantes presos há um ano sem julgamento. Tivemos conhecimento da «Carta Aberta» que militantes cristãos lhes dirigiram e até hoje não tivemos conhecimento de qualquer atitude.

«Ficámos sensibilizados pela situação concreta nela descrita e não entendemos que não haja da vossa parte qualquer atitude, contrariamente a outras tomadas ultimamente por V. Exas. Revmas. É o caso do programa «Os anos do Século» ou o filme «As horas de Maria» em que se advogam insultos aos sentimentos cristãos dos portugueses. Não será a situação destes presos mais grave, mais insultuosa aos ditos sentimentos cristãos?»

PADRES DA DIOCESE DO PORTO

Assinado por 27 padres da Diocese do Porto, o documento «os cristãos e a vida do povo português» afirma a dado passo:

«Uma carta recente dirigida por cinco deles (presos políticos) «cristãos» aos Bispos Portugueses mostra-nos vários aspectos da injustiça que não podemos silenciar. Notamos também a escandalosa diferença entre os clamores sobre os direitos do homem, vindos de muitos quadrantes da Igreja, quando eram os agentes da PIDE e os inculpados de bomboismo que estavam presos, e o contrastante silêncio que agora se mantém, quando os presos são de sinal ideológico contrário».

EQUIPA DIOCESANA DO PORTO DA JARC

A Equipa Diocesana do Porto da JARC (Juventude Rural Católica) enviou ao «grupo de cristãos presos políticos» em Custóias uma carta de solidariedade na qual afirmam:

«É revoltante que num país que se diz democrático e justo subsista esta (e tantas outras desconhecidas!) situação. Mas a esperança que o Reino de Deus virá dá-nos força para lutar».

A Equipa Diocesana do Porto da JARC enviou também aos Bispos Portugueses uma carta, em que afirma:

«Tendo chegado ao nosso conhecimento a situação injusta dos nossos irmãos presos em Custóias, pois que «nenhum cristão pode ficar tranquilo enquanto um só dos seus irmãos for vítima da injustiça, da opressão, ou enquanto for degradado...», estamos convencidos que é oportuno uma tomada de posição dos nossos Bispos para pôr termo a tal situação, pois a vossa voz pesa muito na resolução do caso. A continuação do silêncio poderá significar convivência com a situação injusta de que eles sofrem».

GRUPO DE MILITANTES DA LOC DE LISBOA

Um grupo de militantes da LOC (Liga Operária Católica) de Lisboa enviou aos cristãos presos políticos uma mensagem na qual dizem:

«Foi com profunda solidariedade que nós militantes da LOC e alguns de nós antigos jocistas discutimos e analisámos o texto da carta dirigida aos Bispos Portugueses elaborada pelos camaradas.

«Tal como vós, sentimo-nos do mesmo lado da luta contra a opressão, a exploração e a injustiça, pelo testemunho de Jesus Cristo e pela libertação de todos os homens que praticam a verdade e a construção da nova sociedade».

COMUNIDADE DO PADRÃO DA LÉGUA

Também a Comunidade do Padrão da Légua enviou ao Bispo do Porto e ao Secretariado Permanente da Conferência Episcopal uma carta na qual consideram muito importante que os Bispos Portugueses tomem uma posição em relação à «Carta Aberta» que lhes foi dirigida pelo «grupo de cristão presos políticos ligados ao caso PRP» afirmam:

«A nossa consciência de cristãos não nos deixa descansar enquanto soubermos que há irmãos presos há tanto tempo sem serem julgados».

Solidariedade internacional

A imprensa internacional continua a dar atenção à situação dos presos políticos em Portugal.

Assim, em França, o jornal ROUGE num extenso artigo intitulado «Portugal — Prisão e Tortura para os Revolucionários», denuncia as condições particularmente difíceis em que se encontra Isabel do Carmo, apresentada como «...fundadora e dirigente, sob a ditadura Caetanista, da organização PRP e pioneira da luta pelo aborto e contraceção».

Antes de publicar uma carta de Isabel do Carmo, onde esta dá conta de como ela e seu filho, bebé ainda, se encontram detidos, o jornal francês foca a campanha internacional de solidariedade, em curso, e, nomeadamente, a da criação em França do «Comité Isabel do Carmo».

Este Comité, no dia 25 de Abril, anunciou o ROUGE, enviou uma delegação de protesto à embaixada de Portugal em Paris.

Também a revista CAHIERS DU FÉMINISME, editada em Paris, que dentro de uma perspectiva revolucionária trata de assuntos específicamente da mulher, publica, no seu número de Maio, um artigo sobre as prisioneiras antifascistas em Portugal. Este artigo é acompanhado pela declaração de Custóias de 8 de Março, assinada pelas prisioneiras políticas, Isabel do Carmo, Fernanda do Carmo Frágua, Olímpia de Sousa, Fernanda Flórido e Clara de Almeida.

Para todos os contactos:

— Comité Isabel do Carmo. Cercle des Femmes Brésiliennes, Maison du Brésil, 7, Boulevard Jourdan. Paris 75014 — France.

Conferência de imprensa da C.S.P.A.

A Comissão Nacional de Solidariedade e Luta pela Libertação dos Presos Políticos Antifascistas promoveu no passado dia 7 uma conferência de Imprensa, durante a qual foi dada a conhecer aos representantes dos órgãos de Informação, a sua actividade em prol da libertação

dos antifascistas detidos nas cadeias portuguesas.

Durante a conferência foi recordada a «repressão e a violação em Portugal dos mais elementares direitos humanos», como são os casos de dezenas de antifascistas continuarem presos sem julgamento e os acontecimentos diários nos campos do Alentejo, onde as «forças da ordem» agredem trabalhadores indefesos.

«A campanha nacional e internacional, que estamos a levar a cabo — afirmou-se na Conferência — envolve muitas dezenas de comités e comissões de solidariedade, em rápido desenvolvimento, formadas ou em formação em fábricas e bairros e que em Portugal vão já de Norte a Sul do país».

Esse rápido desenvolvimento, foi salientado, traduz-se «pela distribuição de centenas de milhares de exemplares de Manifestos, comunicados, jornais, autocolantes, saída regular do boletim «Presos Políticos», sessões de esclarecimento e outras iniciativas».

Por outro lado, foi revelada também a intervenção de alguns meios católicos, visando a libertação dos antifascistas presos, tendo sido apontado o exemplo da Mensagem enviada ao Presidente da República pelos «Padres em Mundo Operário».

Uma Europa de repressão

Uma leitura atenta dos jornais, elucida-nos que a repressão de que são vítimas os trabalhadores portugueses e as suas organizações, é também facto comum por toda essa Europa que nos querem mostrar como exemplo.

Em França, é o próprio direito de manifestação que está em causa e dezenas de jovens e trabalhadores são condenados a duras penas, depois das provocações policiais no 1º de Maio; no Estado Espanhol, e muito particularmente no País Basco, é o conluio descarado entre a polícia e a Fuerza Nueva (extrema-direita); no «berço da democracia», a Grã-Bretanha, é a tortura a que são sujeitos os nacionais irlandeses presos; por toda a Europa, são as leis racistas e as expulsões expeditivas que atingem aqueles que são 1/10 da mão-de-obra europeia, os trabalhadores emigrados...



Factos que falam por si só, mas sobretudo, que denunciam as operações concertadas à escala europeia contra as liberdades democráticas.

Está em marcha um «espaço judiciário europeu», institucionalizado pelo Parlamento Europeu, que permitirá a aplicação do velho sonho dos governos da burguesia: «Policías de toda a Europa, uni-vos».

Uma Europa que não é a nossa e que se prepara para combater a crise, por si mesmo gerada, através de medidas de austeridade e de repressão.

Uma Europa que só pode ser combatida na sua própria dimensão: — pela solidariedade internacionalista daqueles que estão presos em Custóias e Carabanchel, dos que são despedidos na Jacinto e em Longwy, daqueles que são matraqueados no Alentejo, em Londres, Burgos, Paris...

Rectificação

No nº 1 do nosso Boletim, por lapso tipográfico, não vêm mencionados, na peça «Quem são os presos antifascistas», os nomes de Maria Fernanda Frágua, detida há 12 meses no Estabelecimento Prisional de Custóias, dos furrielos Cortes Rodrigues e Lafaiete Machado, detidos há 12 meses na Casa de Reclusão da Região Militar de Lisboa (Trafaria).

Entretanto, sairam em liberdade o alferes Baptista e o furriel Vasco Vieira, que se encontravam detidos há vários meses na Trafaria, acusados de envolvimento no chamado «Processo dos Comandos».

O primeiro encontra-se em liberdade total, tendo sido já colocado no Regimento de Comandos, e o segundo em liberdade condicional.

Mensagem da C.S.P.A. ao Encontro dos Povos Oprimidos

A C.S.P.A. enviou ao «Encontro dos Povos Oprimidos do Mundo» promovido pela OUT e realizado a 26 de Maio, na Amadora, uma mensagem saudando «calorosamente as organizações políticas presentes, com elas os povos explorados e oprimidos do mundo e, muito particularmente, os seus presos políticos».

Na mensagem refere-se que «...em Portugal, após décadas de ditadura fascista e de duras lutas travadas, vimos os nossos presos virem para a liberdade no dia 25 de Abril de 74, mas hoje quando um regime fortemente explorador e repressivo voltou a tomar as rédeas do Poder, quando uma nova polícia política assume o papel da ex-Pide/DGS, quando o povo português é também um povo oprimido, novamente dezenas de antifascistas e revolucionários estão nas cadeias, novamente a provocação,

a tortura e o desrespeito pelos mais elementares direitos do homem voltam a estar na ordem do dia».

«E isto — acrescenta a saudação — por antifascistas e revolucionários terem ousado lutar coerentemente contra a exploração e opressão capitalistas e imperialistas e pela libertação total dos trabalhadores e do povo português».

Ao tomar esta atitude, a C.S.P.A. manifestou claramente a sua solidariedade com todos os presos políticos representados naquele Encontro pelas várias Organizações políticas, cumprindo, dessa forma, «...um dever de solidariedade internacionalista».

Ao mesmo tempo assumiu «...a responsabilidade de divulgação e da luta comum pela libertação de todos os presos políticos antifascistas e revolucionários».

Mais adesões ao Manifesto

A acrescentar às adesões individuais ao «Manifesto» sobre os presos políticos antifascistas e aos objectivos prosseguidos pela Comissão Nacional de Solidariedade e Luta pela Libertação dos Presos Políticos Antifascistas (C.S.P.A.), registamos mais os seguintes apoios:

António Chainho Pereira, da CT da Grandauto; António Gomes, médico; António Borges, operário da INAPA; Alice Brito, advogada; Artílio Batista, serralheiro; Artur Pereira, serralheiro; Carlos Guerreiro, desempregado; Conceição Brito, professora; Fernando Rocha, operário da Setenave; José do Carmo Raposo, economista; José Henrique Horta, operador de exterior do CNP; Manuel Gomes, operário da Setenave; e Sílvia P. Ferreira da Rocha.

SETÚBAL

«NOVA VIDA» — um jornal solidário

O trissemanário de Setúbal, «Nova Vida», tem focado com relevo as manifestações de solidariedade que se organizam em torno dos presos políticos.

Na sua edição de 24 de Maio, o jornal sadino publicava, em primeira página, uma longa entrevista com uma comissão que se propõe desenvolver na região de Setúbal os objectivos da C.S.P.A.

Esta comissão, composta por António Gomes, médico, Alice de Brito, advogada, António Borges, operário da INAPA, Fernando Rocha, operário da Setenave, Manuel Gomes, operário da Setenave, Conceição Brito, professora, e Carlos Guerreiro, desempregado, afirmou as largas perspectivas que se abrem na região para a denúncia organizada da repressão que se abate sobre os antifascistas.

Dando-se como principal objectivo a constituição de comissões unitárias de empresa, os entrevistados apontaram a necessidade de articularem a solidariedade com os presos antifascistas e a luta contra a repressão patronal nas empresas. Servindo-se do material de propaganda editado pela C.S.P.A. e nomeadamente, do boletim «Presos Políticos», estes camaradas vão distribuir, na Setenave, INAPA, Portucel, Tecnisado e Sapec, folhas de empresa para dinamizarem as respectivas comissões unitárias.

Por outro lado, no dia 22 de Junho, dia da sessão nacional de solidariedade com os presos políticos, o «Nova Vida» publica uma entrevista com os membros da Comissão Executiva Nacional da C.S.P.A., camaradas Pedro Goulart e Ferreira Fernandes.

avançar com os comités unitários

Os comités e comissões unitários contra a repressão, nomeadamente pela libertação dos presos políticos antifascistas, começam a desenvolver-se pelo País, mostrando como trabalhadores e antifascistas estão despertos para aquilo que constitui um dos seus principais deveres como militantes políticos.

A acrescentar às várias iniciativas que tínhamos referido no n.º 1 deste Boletim, julgamos agora importante salientar o avanço de Comissões Unitárias no Barreiro e no Lavradio, de uma Comissão Dinamizadora no Algarve, com núcleos em Faro e Olhão, de vários comités em formação no Norte, nomeadamente na EFACEC, Senhora da Hora e Padrão, assim como de grande actividade solidária em Lourosa e Gaia. Isto, para além da existência e funcionamento da Comissão Executiva do Norte da C.S.P.A.

É preciso prosseguir por toda a parte com iniciativas deste tipo no sentido da criação e desenvolvimento de um grande movimento de massas que venha impor a libertação de todos os presos políticos antifascistas.

Trabalhadores lutam contra a repressão

Desde o 25 de Novembro a esta parte que a repressão sobre os trabalhadores — conduzida pelas mesmas forças que encarceraram antifascistas, afastam das Forças Armadas os oficiais do 25 de Abril, censuram nos órgãos de comunicação social os profissionais progressistas, etc. — se tornou uma realidade quotidiana. gressistas, etc. — se tornou uma realidade quotidiana.

Despedimentos, suspensões, salários por pagar, ameaças de falência e, mesmo, utilização de grupos de choque por parte do patronato contra os trabalhadores, são uma realidade permanente com que os trabalhadores se defrontam e contra a qual lutam.

De entre os casos verificados nas últimas semanas, registamos:

- a denúncia pelas Intercorreções de Trabalhadores do **Grupo ITT em Portugal** da tentativa da administração de proceder ao despedimento colectivo de centenas de trabalhadores da Stand Eléctrica e do perigo que correm os postos de trabalho dos cerca de 7000 trabalhadores do grupo;
- a luta dos trabalhadores da empresa de panificação **Amorim Lage** pela anulação das suspensões aplicadas a três delegados sindicais;
- a luta na **Sorefame** contra o despedimento de três trabalhadores e a suspensão de onze;
- a luta dos trabalhadores da **Cometna** contra os despedimentos e procedimentos disciplinares contra os membros das ORT's;
- a luta dos trabalhadores da **Jacinto** pelo afastamento de dois directores técnicos e contra a presença de «gorilas» na empresa;
- a luta dos **trabalhadores alentejanos** contra a continuação das desocupações e o saque que os latifundiários, a coberto da GNR e dos CRRA, pretendem levar a cabo, como por exemplo o latifundiário Rosário Duarte que levou 316 ovelhas que não lhe pertenciam e na herdade da Capela donde foram levadas pelo latifundiário que os trabalhadores já haviam pago ao CRRA.

Não fosse a falta de espaço muitos outros exemplos poderiam ser aqui referidos, como a ameaça de desemprego dos trabalhadores da **Dismóvel**, o despedimento de uma delegada sindical na **Interlastex**, o despedimento de um delegado sindical e a ameaça de falência na **Móveis Sombra**, etc., etc.

Importa, no entanto, registar que os trabalhadores da zona da Amadora **paralisam na quinta-feira**, segundo decisão do plenário de CT's e delegados sindicais que analisou a onda de repressão que se tem verificado nas empresas da zona.

COMISSÃO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE E LUTA PELA LIBERTAÇÃO DOS PRESOS POLÍTICOS ANTIFASCISTAS

R. Borges Carneiro, n.º 20, 1.º — LISBOA — Telefone 675501

todos os dias das 18 horas às 20 horas e das 21,30 horas às 23 horas